

PAULO RANGEL

**DIREITO
PROCESSUAL
PENAL**



revista,
atualizada
e reformulada



atlas

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 19.09.2022

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré

Barueri – SP – 06460-080

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R155d

Rangel, Paulo

Direito processual penal / Paulo Rangel. - 30. ed. - Barueri [SP] : Atlas, 2023.

952 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-304-6

1. Processo penal - Brasil. 2. Inquérito policial. I. Título.

22-76479

CDU: 343.1(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

TÍTULO I – DIREITO PROCESSUAL PENAL	1
CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS BÁSICOS DO PROCESSO PENAL	3
1.1 Conceito da palavra <i>princípio</i>	3
1.2 Devido processo legal	3
1.3 Verdade processual	6
1.4 Publicidade dos atos processuais	11
1.5 Contraditório	14
1.6 Imparcialidade do juiz	17
1.7 Presunção de inocência	20
1.7.1 Ônus da prova	23
1.8 Princípio do <i>favor rei</i>	28
1.9 Promotor natural	29
1.10 Princípio da razoabilidade da duração do processo	33
CAPÍTULO II – SISTEMAS PROCESSUAIS	39
2.1 Noções gerais	39
2.2 Sistema inquisitivo	39
2.3 Sistema acusatório	41
2.4 Sistema misto ou acusatório formal	43
2.5 O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto	46
2.5.1 Sistema acusatório e o Decreto-Lei nº 7.661/1945 (vide nova Lei de Falências, nº 11.101/2005)	46
2.5.2 Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/1951)	46
2.5.3 Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996)	47
2.5.4 Sistema acusatório e o Código de Processo Penal	47
2.5.5 Juiz de Garantias	55

CAPÍTULO III – INQUÉRITO POLICIAL	61
3.1 Noções gerais	61
3.2 Conceito	62
3.3 Natureza jurídica	67
3.4 Características	69
3.4.1 Inquisitorial	69
3.4.2 Formal	70
3.4.3 Sistemático	70
3.4.4 Unidirecional	71
3.4.5 Sigiloso	72
3.4.6 Discricionário	74
3.5 Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público	74
3.6 Inquérito policial e foro por prerrogativa de função	78
3.7 Do contraditório no inquérito policial – art. 14-A	80
3.8 Arts. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional	83
3.8.1 Busca pessoal e fundadas razões	83
3.8.2 Condução coercitiva da testemunha no IP	84
3.8.3 Busca e apreensão e consentimento do cônjuge	84
3.8.4 Busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão <i>dia</i>	86
3.8.5 Busca e apreensão e a <i>blitz</i> em carros particulares	87
3.8.6 Busca e apreensão domiciliar e cartas particulares	88
3.8.7 Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei nº 11.767/2008	89
3.9 Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica	92
3.10 Questões controvertidas	98
3.10.1 Condenação com base no inquérito policial – Lei nº 11.690/2008	98
3.10.2 Diligência investigatória determinada pelo juiz	99
3.10.3 Rejeição de parte da denúncia	100
3.10.3.1 Conclusão	107
3.10.4 Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade	108
3.10.5 Da avocação e redistribuição do inquérito policial e da remoção do delegado de polícia	110
3.11 Inquérito policial e a Lei nº 9.099/1995 – termo circunstanciado	111
3.12 Da violência doméstica – Lei nº 11.340/2006	115
3.13 A investigação criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006, que revogou as Leis nº 6.368/1976 e 10.409/2002	137
3.14 Inquérito policial na Lei de Falências	163
3.15 Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos)	164
3.16 Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural	167

3.16.1	Arquivamento implícito do inquérito policial	173
3.16.2	Do Acordo de Não Persecução Penal – ANPEPE	175
3.17	Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal	187
3.18	Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional	189
3.19	Desarquivamento do inquérito policial	191
CAPÍTULO IV – AÇÃO PENAL		203
4.1	Noções gerais	203
4.2	Fundamento do direito de ação	204
4.3	Natureza jurídica do direito de ação	204
4.4	Conceito e características do direito de ação	205
4.5	Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação	206
4.6	Ação penal pública	207
4.6.1	Princípios básicos	207
4.6.1.1	Obrigatoriedade – visão constitucional	207
4.6.1.2	Indivisibilidade	214
4.6.1.2.1	Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo	215
4.6.1.3	Indisponibilidade	216
4.7	Ação penal de iniciativa privada	220
4.7.1	Noções gerais	220
4.7.1.A	O Código Civil – Lei nº 10.406/2002 – e as normas processuais penais	223
4.7.2	Princípios básicos	230
4.7.2.1	Oportunidade ou conveniência	230
4.7.2.2	Disponibilidade	231
4.7.2.2.1	Do perdão	231
4.7.2.2.2	Da preempção	232
4.7.2.3	Indivisibilidade	232
4.7.2.4	Intranscendência	237
4.8	Ação penal de iniciativa privada personalíssima	238
4.9	Condições para o regular exercício do direito de ação	239
4.9.1	Legitimidade	240
4.9.2	Interesse de agir	241
4.9.3	Possibilidade jurídica	242
4.9.4	Justa causa	243
4.10	Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/1995 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional	244
4.10.1	Juizados especiais itinerantes	251
4.11	Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/1995	251
4.12	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	257
4.13	Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	260

CAPÍTULO V – JURISDIÇÃO	269
5.1 Noções gerais	269
5.2 Princípios	270
5.2.1 <i>Ne procedat iudex ex officio</i>	270
5.2.2 Indeclinabilidade da jurisdição	270
5.2.3 Indelegabilidade da jurisdição	270
5.2.4 Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição	271
5.2.5 Juiz natural	271
5.2.6 Unidade da jurisdição	273
5.2.7 <i>Nulla poena sine iudicio</i>	273
5.3 Competência	274
5.3.1 Conceito	274
5.3.2 Natureza jurídica	274
5.4 A competência na Justiça Federal	274
5.5 Competência na Justiça Estadual	285
5.5.1 Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida	289
5.5.2 Tribunal do Júri e desclassificação	290
5.5.3 Lei nº 13.491/2017 – Alteração de competência do crime militar	294
5.5.4 Conexão e continência – crimes eleitorais e os crimes comuns	304
5.5.5 Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida	309
5.5.6 Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função	311
5.5.7 Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28/6/2006	320
5.5.8 Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função	325
5.5.9 Conexão e continência e competência recursal	326
5.5.10 Conflitos de competência de atribuição – distinção	327
5.5.11 Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC nº 45/2004	330
5.6 Juizados Especiais Criminais	344
5.7 Lei do juiz sem rosto (em verdade, da decisão coletiva)	361
CAPÍTULO VI – TEORIA GERAL DA PROVA	373
6.1 Conceito e finalidade ou objetivo da prova	373
6.2 Objeto da prova	374
6.3 Meios de prova	374
6.4 Classificação da prova	375
6.4.1 Quanto ao objeto	375
6.4.1.1 Direta	375
6.4.1.2 Indireta	375
6.4.2 Quanto ao sujeito	376
6.4.2.1 Prova pessoal	376

6.4.2.2	Prova real	376
6.4.3	Quanto à forma	377
6.4.3.1	Testemunha	377
6.4.3.2	Documental	377
6.4.3.3	Prova material	377
6.5	Natureza jurídica da prova	377
6.6	Princípios da prova	378
6.6.1	Princípio da comunhão da prova	378
6.6.2	Princípio da liberdade da prova	378
6.6.3	Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	380
6.6.3.1	Prova ilícita, ilegítima e irregular	383
6.6.3.2	Prova ilícita por derivação	384
6.6.3.3	A reforma da Lei nº 11.690/2008	389
6.6.3.4	Prova (i)lícita em favor do réu: teorias	391
6.7	Da prova emprestada	392
6.7.1	Conceito	392
6.7.2	Requisitos	392
6.7.3	Questões controvertidas	393
6.7.4	Natureza jurídica da prova emprestada	394
6.8	Indício, presunção e ficção – diferença	395
6.9	Da prova indiciária	397
6.10	Do ônus da prova	398
6.10.1	O ônus da prova e o poder instrutório do juiz	402
6.10.2	Natureza jurídica do ônus da prova	404
6.11	Do procedimento probatório	405
6.12	Sistemas de avaliação das provas	407
6.12.1	Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz	407
6.12.2	Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada	409
6.12.3	Sistema da livre convicção ou da persuasão racional	410
6.13	Natureza das normas que tratam das provas	412
6.14	Cadeia de custódia da prova	413
CAPÍTULO VII – DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA		421
7.1	Noções Gerais	421
7.2	Características	422
7.2.1	Pressupostos	426
7.3	Prisão em flagrante	426
7.3.1	Conceito de flagrante delito	427
7.3.2	Do fundamento da prisão em flagrante	428
7.3.2.1	Da decretação judicial da prisão em flagrante.	431
7.3.3	Espécies de flagrante delito	434

7.3.4	Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada	438
7.3.5	Flagrante nos crimes permanentes e habituais	439
7.3.6	Flagrantes preparado, esperado e forjado	441
7.3.7	Flagrante esperado, diferido ou retardado	443
7.3.8	Flagrante no crime tentado, consumado e formal	443
7.3.9	Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato – Lei nº 12.403/2011	444
7.3.10	Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/2005 ...	446
7.3.11	Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública	448
7.3.12	Da audiência de custódia	450
7.4	Prisão preventiva <i>stricto sensu</i>	450
7.4.1	Momento para a decretação da prisão preventiva	453
7.4.2	Pressupostos para a decretação da prisão preventiva	455
7.4.3	Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva	458
7.4.4	Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude	462
7.4.5	Princípio da motivação das decisões judiciais	463
7.4.6	Revogação da prisão preventiva	465
7.5	Prisão administrativa	466
7.6	Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei nº 11.719/2008	468
7.7	Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei nº 11.689/2008	474
7.8	Prisão temporária da Lei nº 7.960/1989	476
7.9	Liberdade provisória: noções gerais	483
7.9.1	Liberdade provisória com ou sem fiança	484
7.9.1.1	Liberdade provisória vinculada sem fiança (art. 310, § 1º, do CPP)	485
7.9.1.2	Liberdade provisória vinculada sem fiança em caso de miserabilidade jurídica – art. 350 do CPP	487
7.9.1.3	Liberdade provisória mediante fiança (e, conseqüentemente, com vinculação) – arts. 322/323/324 do CPP	489
7.9.1.4	Finalidade da fiança	490
7.9.1.5	A autonomia da autoridade policial	490
7.9.1.6	Fiança nos crimes punidos com detenção cuja pena é superior a quatro anos	491
7.9.1.7	Crime tentado	494
7.9.1.8	Concurso material de crimes	494
7.9.1.9	Causa de aumento e diminuição de pena (concurso formal, crime continuado, causa especial de aumento de pena, causa especial de diminuição de pena)	495
7.9.1.10	Quebra da fiança	496
7.9.2	Liberdade provisória na Lei dos Crimes Hediondos	499
7.9.3	Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória	501
7.10	Das medidas cautelares diversas da prisão. Princípios gerais	505

7.10.1	Autonomia das medidas cautelares	507
7.10.2	Legitimidade para requerer a medida cautelar	508
7.10.3	Medida cautelar e a oitiva da parte contrária: contraditório	511
7.10.4	Fungibilidade das medidas cautelares	512
7.10.5	Revogação e substituição da medida cautelar. RESE e HC	515
7.10.6	Princípio da proibição do excesso	517
7.10.7	Proibição de execução provisória da sentença. Retrocesso social	517
7.10.8	A homogeneidade da medida cautelar	519
7.10.9	A prisão cautelar e a inviolabilidade do domicílio	520
7.10.10	Prisão por precatória	520
7.10.11	Princípio da celeridade e da economia processual	520
7.10.12	A prisão e remoção do preso	521
7.10.13	A prisão e a celeridade na captura	521
7.10.14	O preso provisório e a separação do preso definitivo	521
7.10.15	A prisão em flagrante e sua conversão em prisão preventiva	522
7.10.16	Da prisão preventiva domiciliar	526
7.10.17	Das medidas cautelares diversas da prisão: art. 319	530
7.10.18	Medida cautelar de entrega do passaporte	540
7.10.19	Liberdade provisória com ou sem medida cautelar diversa da prisão – art. 321	541
CAPÍTULO VIII – PROCESSO E PROCEDIMENTO		551
8.1	Processo: noções gerais e conceito	551
8.2	Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório)	554
8.3	Pressupostos processuais	557
8.4	Procedimento e sua distinção de processo	558
8.5	Formas procedimentais	558
8.5.1	Procedimento comum ordinário	561
8.5.1.1	Oferecimento da denúncia (D)	561
8.5.1.2	Recebimento fundamentado da denúncia	563
8.5.1.3	Citação	565
8.5.1.3.1	Noções gerais e conceito	565
8.5.1.3.2	Natureza jurídica da citação	566
8.5.1.3.3	A Lei nº 9.271/1996 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	568
8.5.1.3.3.1	Requisitos da suspensão	568
8.5.1.3.3.2	Limite de tempo da suspensão	569
8.5.1.3.3.3	Incidência da norma	570
8.5.1.3.3.4	Recurso da decisão de suspensão	572
8.5.1.3.3.5	Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no processo penal	572

	8.5.1.3.3.6	Concurso de pessoas e citação por edital ..	574
	8.5.1.3.3.7	Tribunal do Júri e citação por edital	574
	8.5.1.3.3.8	Defensor público e citação por edital	575
	8.5.1.3.4	Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo	575
8.5.1.4		Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP	575
8.5.1.5		Do julgamento antecipado do caso penal: absolvição sumária – art. 397	577
8.5.1.6		Juízo de admissibilidade da acusação	581
8.5.1.7		Intimação e requisição do preso	581
8.5.1.8		Princípio da identidade física do juiz no processo penal	582
8.5.1.9		Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ; art. 400 e art. 400-A	586
	8.5.1.9.1	Prova de acusação (PA)	587
	8.5.1.9.2	Prova de defesa (PD)	590
	8.5.1.9.3	Esclarecimentos dos peritos às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas	591
	8.5.1.9.3.1	Esclarecimento dos peritos	591
	8.5.1.9.3.2	Assistente técnico na perícia	591
	8.5.1.9.3.3	Acareação	592
	8.5.1.9.3.4	Reconhecimento de pessoas e coisas	593
	8.5.1.9.3.5	Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 <i>usque</i> 196 do CPP	594
	8.5.1.9.3.6	Interrogatório por videoconferência: Lei nº 11.900/2009	601
	8.5.1.9.4	Diligências (D)	612
	8.5.1.9.5	Alegações finais orais (AFO)	613
8.5.1.10		Aditamento na denúncia	614
	8.5.1.10.1	Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório)	614
	8.5.1.10.2	Conceito	616
	8.5.1.10.3	Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento)	616
	8.5.1.10.4	Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo	617
	8.5.1.10.5	Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição	619
	8.5.1.10.6	Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia	619
	8.5.1.10.7	Consequências processuais do aditamento à denúncia	620
8.5.1.11		Sentença	629
	8.5.1.11.1	Relatório	630
	8.5.1.11.2	Motivação ou fundamentação	630
	8.5.1.11.3	Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i>)	631

	8.5.1.11.4	Dever de indenizar no juízo criminal: (in)constitucionalidade	631
8.5.2		Tribunal do Júri	636
	8.5.2.1	Introdução histórica	636
	8.5.2.2	Rito processual do tribunal do júri	656
	8.5.2.3	Pronúncia	659
	8.5.2.3.1	Natureza jurídica da pronúncia	659
	8.5.2.3.2	Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?)	662
	8.5.2.3.3	Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia)	663
	8.5.2.3.4	Pronúncia e crimes conexos	664
	8.5.2.3.5	Pronúncia e qualificadoras do crime	664
	8.5.2.3.6	Pronúncia e seus efeitos	666
	8.5.2.3.7	Pronúncia com imputação genérica e consequente quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?	667
	8.5.2.4	Impronúncia	670
	8.5.2.4.1	Natureza jurídica da impronúncia	673
	8.5.2.4.2	Prazo	674
	8.5.2.4.3	Requisitos da impronúncia	674
	8.5.2.4.4	Impronúncia e crimes conexos	674
	8.5.2.4.5	Impronúncia e efeitos civis	676
	8.5.2.5	Despronúncia	677
	8.5.2.6	Desclassificação	677
	8.5.2.6.1	Natureza jurídica da desclassificação	679
	8.5.2.6.2	Recurso da decisão desclassificatória	680
	8.5.2.7	Absolvição sumária	680
	8.5.2.7.1	Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária ..	681
	8.5.2.7.2	Natureza jurídica da absolvição sumária	681
	8.5.2.7.3	Requisitos da decisão de absolvição sumária	681
	8.5.2.7.4	Absolvição sumária e crimes conexos	683
	8.5.2.7.5	Absolvição sumária e efeitos civis	684
	8.5.2.8	Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária) ..	688
	8.5.2.9	Manifestação das partes	693
	8.5.2.10	Não comparecimento do réu em plenário e formação do júri	694
	8.5.2.11	Pedido de absolvição do promotor de justiça	697
	8.5.2.11.1	Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público?	699
	8.5.2.12	Regulamentação dos debates pelo juiz	701
	8.5.2.13	Uso de algemas em audiência	702

8.5.2.14	Dos debates em plenário	707
8.5.2.15	Quesitação no júri: questionários	710
8.5.2.16	Prisão obrigatória em decorrência da sentença penal condenatória recorrível no tribunal do júri	712
8.5.3	Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006	713
8.5.3.1	Denúncia	714
8.5.3.2	Defesa prévia	715
8.5.3.3	Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusa- tória estatal)	716
8.5.3.4	Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ	722
8.5.3.5	Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova	724
8.5.3.6	Tráfico privilegiado (art. 33, § 4º): possibilidade da concessão de <i>sursis</i> e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Princípio da razoabilidade e da isonomia	725
8.5.4	Juizado Especial Criminal	733
8.5.5	Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) – aspectos processuais	735
8.5.5.1	Institutos despenalizadores	736
8.5.5.2	Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo ...	736
8.5.5.3	Procedimento comum ordinário, comum sumário ou comum sumaríssimo? Lei nº 11.719/2008	736
8.5.5.4	Ação penal pública incondicionada	738
8.5.5.5	Quem é idoso para efeito do Estatuto?	738
8.5.5.6	Prescrição	739
8.5.6	Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 9/2/2005	739

CAPÍTULO IX – TEORIA GERAL DAS NULIDADES

9.1	Noções gerais e conceito de nulidade	747
9.2	Natureza jurídica da nulidade	750
9.3	Princípios processuais da nulidade	750
9.3.1	Prejuízo	750
9.3.2	Causalidade (contaminação ou contagiosidade)	753
9.3.3	Interesse	754
9.3.4	Convalidação	754
9.4	Sistemas	755
9.4.1	Certeza legal	755
9.4.2	Instrumentalidade das formas	755
9.4.3	Misto	756
9.5	Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção	756
9.6	O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural	756

CAPÍTULO X – TEORIA GERAL DOS RECURSOS

10.1	Conceito	759
10.2	Fundamento	760
10.3	Natureza jurídica do recurso	760

10.3.1	Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso	760
10.3.2	Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação)	761
10.3.3	Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão	761
10.4	Princípios gerais dos recursos	761
10.4.1	Taxatividade	761
10.4.2	Unirrecorribilidade	762
10.4.3	Fungibilidade	762
10.4.4	Voluntariedade	763
10.4.5	Conversão	765
10.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	765
10.6	A <i>reformatio in pejus</i> indireta	767
10.7	Efeitos dos recursos	774
10.7.1	Devolutivo	774
10.7.2	Suspensivo	778
10.7.3	Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos	781
10.8	Os recursos e o direito intertemporal	782
10.9	Juízo de admissibilidade dos recursos	783
10.9.1	Conceito	783
10.9.2	Requisitos intrínsecos	785
10.9.2.1	Legitimidade	785
10.9.2.2	Interesse	790
10.9.3	Sucumbência e interesse	793
10.9.4	Requisitos extrínsecos	793
10.9.4.1	Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal)	793
10.9.4.2	Tempestividade	794
10.9.4.3	Regularidade formal	794
10.9.4.4	Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia)	795
10.10	Juízo de mérito (ou juízo de delibação)	796
10.11	Recursos em espécie (questões relevantes)	796
10.11.1	Recurso em sentido estrito	796
10.11.2	Apelação	801
10.11.2.1	Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007	809
10.11.3	Protesto por novo júri	811
10.11.4	Embargos infringentes e de nulidade	822
TÍTULO II – DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO		833
CAPÍTULO I – DO HABEAS CORPUS		835
1.1	Conceito	835
1.2	Natureza jurídica	835
1.3	Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo e coletivo	836

1.4	Objeto do <i>habeas corpus</i>	838
1.5	Legitimidade ativa	839
1.6	Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia	839
1.6.1	Juiz e competência	840
1.6.2	Promotor de justiça e competência	840
1.6.3	Delegado de polícia e competência	841
1.7	<i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares: correta visão do problema	841
1.8	<i>Habeas corpus</i> e o ato de particular	843
1.9	<i>Habeas corpus</i> e o direito líquido e certo	844
1.10	<i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito	846
1.11	<i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP)	847
1.12	<i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão: diferença	847
1.13	<i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal	848
1.14	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho	850
1.15	<i>Habeas corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer	853
1.16	Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição	854
	CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL	859
2.1	Noções gerais	859
2.2	Conceito	860
2.3	Natureza jurídica	860
2.4	Objeto	861
2.5	Condições para o regular exercício do direito de agir	862
2.5.1	Possibilidade jurídica do pedido	862
2.5.2	<i>Legitimatío ad causam</i>	862
2.5.3	Interesse processual	864
2.6	Formas de revisão criminal	864
2.7	Pressupostos legais	864
2.8	Fundamentos legais da revisão criminal	865
2.9	Revisão criminal de decisões não condenatórias	868
2.10	Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal	869
2.11	Revisão criminal e sentença penal estrangeira	871
2.12	Efeitos da revisão criminal	871
2.12.1	Alterar a classificação da infração penal	871
2.12.2	Absolver o réu	872
2.12.3	Modificar a pena	873
2.12.4	Anular o processo	873
2.12.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	875

CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	877
3.1 Objetivos e noções gerais	877
3.2 Conceito	878
3.3 Natureza jurídica	878
3.4 Objeto	879
3.5 Questões controvertidas	879
3.5.1 Identificação criminal	879
3.5.2 Recurso próprio previsto em lei	880
3.5.3 Prova contra si mesmo	882
3.5.4 Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente	883
3.5.5 Direito de sufrágio do preso provisório	884
3.5.6 Estrangeiro não residente no país	884
NOTA FINAL DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO	889
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	891
ÍNDICE REMISSIVO	903